

IX – UM BRASILEIRO EDITA A LÍRICA DE CAMÕES

Rubem Amaral Jr.

Embaixador do Brasil

Belgrado, Junho de 2002.

As pessoas que não fizeram estudos especializados de filologia, literatura e história literária portuguesas, ao verem uma composição lírica de Luís de Camões em uma edição qualquer, raramente terão idéia das profundas incertezas que cercam essa parte de sua obra, em termos de legitimidade autoral e de exatidão textual. Saberão elas, por exemplo, que certo poema atribuído ao grande vate pode não ter sido escrito por ele ou, se o foi, que talvez não tenha saído de sua pluma exatamente como vem sendo apresentado?

Para entender essas anomalias, é preciso ter em conta que, no século XVI, época em que Camões viveu, foram poucos os escritores ibéricos que tiveram a obra lírica impressa durante suas existências. Editar livros, naqueles primórdios da imprensa peninsular, era um cometimento assaz oneroso, que não estava ao alcance de qualquer um, especialmente de poetas cuja característica mais comum parece ter sido a indigência financeira. No campo da poesia, as honras da letra de forma eram reservadas principalmente aos épicos. Destinados à glorificação dos poderosos e dos feitos nacionais, não era difícil encontrar-lhes ricos patrocinadores. Daí que, à exceção de três poemas feitos sob encomenda e publicados, como peças laudatórias ou de apresentação, no bojo de obras alheias, foram *Os Lusíadas* a única obra de Camões editada enquanto ele estava vivo e, presumivelmente, debaixo de seu controle editorial. E valeu-lhe uma tença do rei D. Sebastião, a quem era dedicada.

A generalidade dos poemas líricos, até dos mais reconhecidos poetas, era transmitida em manuscrito e copiada, quase sempre, por terceiras pessoas, em cancioneiros individuais ou coletivos. Só muitos anos após o desaparecimento dos autores, de décadas até, alguns desses escritos foram impressos por iniciativa piedosa de descendentes ou como investimento de mercadores de livros, certos de sua rentabilidade, ao já se achar consagrada a fama de seus autores. Creio que a única exceção relevante que se poderia apontar a essa regra, em Portugal, seria o *Cancioneiro geral*, de Garcia de Resende, de 1516.

Esse cenário não constituiria um problema grave se, ao menos, as edições fossem feitas com base em documentos autógrafos. Isso terá ocorrido no caso de uns poucos autores, a partir de coleções por eles mesmos manuscritas ou transcritas, sob seu encargo, por copistas de boa caligrafia, com a finalidade de presentear magnates ou almeçados mecenas. Quase sempre, porém, os cancioneiros em que vieram a se calcar as primeiras edições foram coligidos valendo-se de apógrafos ou da tradição oral, sujeitos a todos os percalços resultantes dessas técnicas de transmissão, nas quais raramente uma composição era reproduzida tal qual recebida. Não falemos já, na etapa estritamente editorial, das mutilações da censura eclesiástica, das distrações ou ignorância dos compositores tipográficos, dos cochilos dos revisores e das diferenças textuais entre exemplares de uma mesma edição, por força de emendas que se iam introduzindo à medida que a tiragem era impressa. Acrescente-se a tudo isso que, freqüentemente, nos chamados "livros de mão", os nomes dos autores das composições eram omitidos ou indicados de forma imprecisa, quando não transtrocados, até por embaralhamento de cadernos soltos. No que toca a Camões, não se tem hoje conhecimento da existência de nenhum autógrafo de poema lírico seu, e nem se sabe de certeza se algum de seus editores dos séculos XVI e XVII tiveram algum à vista, ainda quando assim o afirmem. O organizador das *Rhythmas*, de 1595, que, junto com outras peças inéditas, serviu de base às *Rimas*, de 1598, informa que as coligiu "por conferência de alguns livros de mão, onde essas obras andavam espedaçadas". Motivo pelo qual diz Azevedo Filho, com todo acerto, que a *editio princeps* da lírica camoniana jamais passou de uma reunião de apógrafos impressos. De igual modo agiram editores subseqüentes, os quais, pela duvidosa glória de descobrir e publicar inéditos do magno poeta da língua – e isso, lamentavelmente, ocorre até nos nossos dias –, foram acrescentando muitas outras composições, pelo mesmo processo aleatório, desprovido de qualquer critério razoável, não raro incluindo-as só por acharem que, por serem de muito boa qualidade, assemelhassem-se ao seu estilo e não estarem claramente atribuídas a mais ninguém, mereciam ser consideradas de Camões. Ademais, houve deles que não se pejaram de intervir, de forma abusiva e de caso pensado, nos próprios textos, no imodesto afã de "melhorá-los", ajustando-os ao sabor das preferências literárias de diferentes épocas. Mesmo assim, apesar da mixórdia que provocaram, não deixaram de prestar um grande serviço, ao resgatar e salvar da perda definitiva muitas peças que podem ser autênticas.

Felizmente, a partir de fins do século XIX, camonistas mais sisudos começaram a tentar pôr cobro a esse quadro calamitoso, mas com resultados limitados, em virtude da natureza predominantemente impressionista ou subjetiva dos critérios por eles perfilhados, tomando como ponto de partida quase exclusivamente a tradição impressa, já de si grandemente suspeita e defeituosa. Contribuía para tanto, inclusive, o insuficiente desenvolvimento então alcançado pela ecdótica e pela crítica textual, e a inexistência prévia de um substancial núcleo de composições indiscutivelmente camonianas, um cânone mínimo irredutível, único esteio válido para buscar-se daí chegar a um universo mais amplo do poeta.

Modernamente, coube ao Professor Emmanuel Pereira Filho introduzir inovação revolucionária nesse procedimento, ao procurar conceber confiáveis métodos objetivos de verificação de legitimidade dos textos atribuídos a Camões, privilegiando o estudo da tradição manuscrita quinhentista, com vistas à constituição de um *corpus minimum* de inequívoca autenticidade, o qual, não obstante acarretando, de início, drástica redução do acervo reunido pelos consecutivos editores, servisse de firme alicerce à conformação de *corpora* mais vastos, embora menos seguros, graças ao emprego de outros critérios. Não entrarei em pormenores sobre a metodologia criada por Pereira Filho, pois isto é da competência do organizador desta edição, na Introdução do livro.

Imprescindível será aqui registrar, porém, que, desaparecido prematuramente seu idealizador sem haver podido experimentá-lo senão em mui pequena proporção e com fundamento em reduzida amostragem de manuscritos, coube a um seu companheiro, o Professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, camonista dotado de sólida formação filológica e literária, chamar a si a ingente tarefa de aplicá-lo, com extrema determinação e persistência, à totalidade da obra lírica supostamente camoniana. Exemplo de amizade, lealdade e integridade intelectual de que não se conhecerão demasiados casos, a qual lhe exigiu quase total dedicação, aliada à paciência beneditina, por mais de quarenta anos a fio. Nesse largo percurso lhe foi preciso, com mente alerta para as insuficiências teóricas verificadas nas idéias iniciais e aberta para as críticas construtivas, ir aperfeiçoando-o e desdobrando-o sobre a marcha, bem como adaptá-lo a novas circunstâncias. Entre essas, de considerável significado foi a muito maior quantidade de material quinhentista com que pôde contar, mercê de um esforço sem precedentes de localização de novas fontes, capaz de dar real representatividade estatística e solidez probabilística à amostra utilizada. Coube-lhe, outrossim, defendê-lo reiteradamente, com toda porfia, em numerosos escritos, às vezes com insopitável e justificável indignação, de reparos que, eventualmente, demonstravam apenas incompreensão quanto ao objetivo do método ou simples inércia e receio da novidade que desmontava noções secularmente estratificadas. De tudo isso resultou, sem negar o crédito devido ao pioneiro, uma nova metodologia própria de identificação de autenticidade autoral e de estabelecimento crítico dos textos na forma mais próxima possível às intenções do poeta.

A evidência de que o empenho de Leodegário Azevedo contou com franco reconhecimento em altos círculos especializados reflete-se na decisão de uma editora do porte e prestígio da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de Lisboa, de incluir em suas coleções a *Lírica de Camões* por ele assim preparada, com abundante aparato crítico, e de haver trazido à luz, a partir de 1985, e durante mais de uma década, seus sete volumes divididos em 12 tomos, sem que lhe prejudicassem a continuidade os dilatados interregnos entre um e outro, pois eram impressos à medida que iam sendo concluídos. Acrescente-se a essa distinção o conjunto dos renomados eruditos brasileiros e estrangeiros que apresentaram cada um deles, sempre com pleno acatamento e louvores aos renovadores princípios ali seguidos.

Dito isto, como explicar a escolha de um obscuro camonista bissexto, alheio ao meio acadêmico e pouco freqüentador dos círculos intelectuais, para subscrever a apresentação deste livro, em que, pela primeira vez, põe-se à disposição do público, numa edição mais compacta, facilmente manejável e com o aparato crítico reduzido ao indispensável, o resultado consolidado de tantos sacrifícios? Mais uma demonstração da generosidade do Prof. Azevedo Filho, ao querer premiar-me, a meu ver excessivamente, pela profunda atenção que, desde o aparecimento do primeiro volume da sua *Lírica de Camões*, quando me encontrava servindo em Lisboa, dediquei à leitura e à análise desse trabalho, que se prolongaram pelos anos seguintes, em que devotamente acompanhei, de outras paragens, o desenvolvimento da publicação, já impaciente com o seu andamento, já apreensivo ante a possibilidade de que, num espaço tão longo, algum infeliz acontecimento pudesse pôr-lhe termo antes da culminação. Meu entusiasmo para com seus procedimentos ecdóticos foi responsável pelo início de uma sincera e cordial amizade e pela manutenção de uma regular correspondência, mutuamente enriquecedora, durante a qual ele, com grande amabilidade e tolerância para com um virtual diletante, esclareceu-me dúvidas infundadas ou aceitou algumas de minhas sugestões. Desse intercâmbio, resultou mesmo importante inflexão em meus próprios interesses intelectuais, maior receptividade e compreensão minhas para com o fascinante mundo da poesia lírica camoniana, pelo que muito lhe agradeço, e até a sorte de encontrar, nos arquivos portugueses, material manuscrito quinhentista até então desconhecido, que contribuiu para confirmar, embora em modesta proporção, conclusões a que ele já havia chegado em suas pesquisas.

Pela sua excepcional qualidade, este volume, sem dúvida, imporá, para adiante, a nova linha da tradição impressa da obra lírica de Camões, de jeito a não se poder considerar correto lançar mais nenhuma edição sem a ele recorrer como indispensável referência. Haverá sempre a esperança, embora bastante remota a essa altura de utilização do método, de, face a novas descobertas documentais, incorporar ao *corpus minimum* outras composições, atualmente integrantes dos *corpora additium* e *possibile*, que respondam aos seus rígidos critérios de autenticidade autoral. Porque, afinal, o procedimento é afirmativo e aberto, e nada rouba definitivamente a Camões daquilo que tenha alguma probabilidade ou razoável possibilidade de lhe pertencer, com exceção do *corpus alienum*, de obras já taxativamente identificadas como da lavra de outros poetas. Poderão ocorrer, ainda, divergências textuais tópicas, especialmente onde só caibam soluções conjecturais, em relação às quais é lícito coexistir distintas opiniões defensáveis. Entretanto, representa ele o produto de severa limpeza de terreno absolutamente necessária para permitir o futuro progresso dos estudos camonianos, numa linha de rigor científico que há muito fazia falta à maltratada obra do poeta. Pode ser que o resultado final desses estudos, em termos de *corpus* amplo, não seja essencialmente dispar do que até há pouco se admitia, nomeadamente em certas modalidades poéticas. E oxalá assim seja, para maior riqueza do acervo camoniano. Mas, em tal hipótese, ter-se-á a garantia de fundamentá-lo em critérios impessoais, e não no mero gosto, voluntarismo ou na intuição de cada editor.

Tendo sido Camões, simultaneamente, um magnífico épico e um finíssimo lírico, seu prestígio, no entanto, repousa principalmente sobre *Os Lusíadas*, monumento nacional português, pertencente ao mais elevado dos gêneros poéticos, inserido na linhagem das obras que, desde a Antigüidade, exerceram mais marcada influência na formação da cultura européia, a começar pelas de Homero e Virgílio, passando por Dante, e rivalizando com obras congêneres estrangeiras do Renascimento, quando não francamente superando-as. Era natural que assim fosse, porquanto, destinando-se o poema à glorificação das gestas lusitanas, em especial os grandes descobrimentos marítimos e as extensas conquistas territoriais que deram celebridade, poder e riqueza a um pequeno reino dos confins ocidentais do continente, teve nele Portugal o digno pregoeiro de seus feitos entre os demais povos. Passou a ser, por assim dizer, a sua carta de apresentação perante o mundo. E os demais poemas heróicos lusitanos, compostos por seus contemporâneos e epígonos, pouco mais fizeram do que tentar imitá-lo, sem jamais com ele ombrear-se.

Por outro lado, em Portugal foi tal a superioridade e a originalidade da produção lírica de Camões, eximamente exercida em quase todas as formas cultivadas em seu tempo – quadra, aliás, de excepcional abundância de talentos poéticos no país –, que ofuscou seriamente o renome de muitos de seus contemporâneos, vários deles também de altíssimo gabarito, a ponto de composições desses autores haverem sido incorporadas, por engano ou por gravidade, ao patrimônio camoniano, dando lugar ao fenômeno que se convencionou designar *diástole*, ou seja, o paulatino crescimento de seu tamanho, pelos motivos que acima referi. Entretanto, ao contrário do que acontece com *Os Lusíadas*, cujo interesse só faz crescer permanentemente, desafiando os avatares das preferências, considerável parte das variadas modalidades líricas empregadas por Camões, como as canções, as odes, as elegias, as oitavas, as éclogas e as rondilhas, não obstante o virtuosismo com que igualmente as praticou, por estarem demasiado ligadas à mentalidade da sua época não resistiram de igual maneira às mudanças da moda, caíram quase no olvido e passaram a ser essencialmente matéria de estudo de eruditos, como a maioria das composições semelhantes, sejam elas de quem forem.

Constituem exceção a esse inelutável destino os seus sonetos. Deve-se isso não apenas às características formais próprias desse tipo de composição, adaptável a qualquer tema, vazada numa estrutura concisa, sóbria, redonda, com uma dinâmica rápida e um desfecho de impacto, que se lê sem enfado e é fácil de memorizar, virtudes que têm permitido a esta forma fixa atravessar incólume, imutável em sua essência e sem perda significativa de prestígio, todos os períodos e correntes literárias, apesar dos exageros, malabarismos e artifícios com que a sobrecarregaram certas escolas. A notável durabilidade dos sonetos de Camões deve-se, sobretudo, ao seu conteúdo humano, ao insuperável manejo da língua e ao personalíssimo estilo que lhes imprimiu, dando origem a uma variedade particular da espécie, o soneto camoniano, assim como existiram antes, também por sua especificidade estilística, o petrarquiano ou o garcilasiano, fadados a constituir escola e a ser

seguidos, em sucessão, por novas gerações de poetas. E foi justamente nessa parte de sua obra que mais incidiu o processo de diástole, pela abundância das imitações que desencadeou.

Quantos, entre os lusófonos com algo de instrução, não aprenderam de memória, no curso secundário, por prazer ou por obrigação, algum soneto de Camões, notadamente dos mais conhecidos, na fase em que o currículo colegial enfatizava as disciplinas chamadas Humanidades? E quem, em níveis mais avançados, não conseguiu gravar na mente alguma estrofe especialmente vibrante ou mesmo todo algum tocante episódio de *Os Lusíadas*, ainda que isto ocorresse somente para responder às necessidades dos exames de ingresso à faculdade? Ao contrário, quão poucos quiseram ou foram capazes de ler ou aprender de cor uma longa écloga, ode ou elegia, coisa que, de resto, nunca se lhes exigiu, nem seria sensato forçar!

Esta *Lírica de Camões*, de Leodegário A. de Azevedo Filho, não é apenas mais uma edição. Pelo novo giro e impulso que seguramente dará aos estudos camonianos, será um marco que deverá contribuir decididamente para reviver o amortecido interesse por essas formas quase esquecidas, nas quais, sem embargo, o poeta também praticou seu estro em grau supremo, aliado a uma surpreendente erudição, e nas quais faz-se mister garimpar com maior tenacidade para delas extrair todo seu esplendor. É o destino que, do fundo do coração, lhe auguro.